

Uma reflexão acerca do emprego do sufixo diminutivo no português do Brasil

Agenor Gonzaga dos Santos
UNIPAM

Sueli Maria Coelho
Professora Adjunta de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Onde eu estava ali era um quieto. O ameno âmbito, lugar entre-as-guerras e invasto territorinho, fundo de chácara. Várias árvores. A manhã se-a-si bela: alvoradas aves. (...) Mas há uma figueira, parrada, a grande opípara. Os figos atraem. O sabiá pulador. O sabiazinho imperturbado. Sabiá dos pés de chumbo. (João Guimarães Rosa)

Resumo: A despeito de o emprego dos sufixos diminutivos ser muito recorrente na Língua Portuguesa, não se encontram, na grande maioria das gramáticas dessa língua – sejam elas normativas, descritivas ou didáticas –, orientações acerca dos fatores que motivam a escolha que o falante faz pelo sufixo –inho ou pelo sufixo –zinho, quando deseja empregar um substantivo na sua forma diminutiva. Essa lacuna motivou o empreendimento de um estudo de natureza indutiva cujas generalizações são apresentadas ao longo deste artigo. Apresentam-se, ainda, as intuições alcançadas a partir da análise de um *corpus* composto por 575 substantivos da Língua Portuguesa.

Considerações iniciais

A produtividade e a recursividade lingüísticas são talvez um dos recursos que mais embelezam as línguas, já que facultam aos seus usuários um *status* de engenheiro, ao permitir-lhes façanhas que beiram o inimaginável. Não é privilégio dos literatos valer-se desses recursos como instrumentos de expressividade em seus textos. O falante desprovido de qualquer intenção literária, não raras vezes, recorre a esse expediente para expandir o seu vocabulário, empregando, analogicamente, recursos bem sucedidos em outros contextos. No âmbito da derivação sufixal, o apelo ao uso de sufixos diminutivos permite que o locutor seja capaz de empregar palavras nunca antes utilizadas, mediante o acréscimo de sufixos aos radicais já conhecidos. A despeito de os gramáticos registrarem inúmeros sufixos diminutivos, em se tratando do uso, a preferência do falante é pelas formas –inho ou –zinho¹. De emprego aparentemente fácil, principal-

¹ Embora haja autores que considerem que o sufixo de diminutivo é o –inho, interpretando o Z como uma consoante de ligação (cf. BECHARA, 2000), no presente trabalho, não se endossa essa tese. Adotou-se a

mente para os falantes nativos, esses elementos mórficos, porém, costumam causar algum embaraço, principalmente quando se trata de palavras pouco recorrentes. Rosa (1970), ao caracterizar o espaço onde se encontrava o narrador personagem, empregou estilisticamente o lexema *territorinho*. Esse uso, ainda que de valor afetivo, soa um tanto estranho, dado que a preferência, nesse contexto, seria pelo lexema *territoriozinho*. Apesar de o falante não ter conhecimento das regras que norteiam a seleção, procedendo a ela de forma intuitiva e excluindo construções que não são eufonicamente audíveis, tais regras existem. Segundo orienta Said Ali (1921 [2001]), o sufixo –inho “não serve para as palavras terminadas em vogal nasal, em vogal pura tônica ou em ditongo. É necessário substituí-lo então por –zinho.” (p. 48). A construção de Guimarães Rosa, portanto, não obedece aos cânones da língua, o que faz com que o falante imediatamente a identifique como estranha e reconheça o seu valor estilístico.

Em situações de uso da língua que transcendem o discurso literário, também se verifica a variação entre as formas –zinho e –inho, que passam a funcionar como alomorfes. É comum depararmo-nos com determinadas ocorrências que parecem aceitar os dois sufixos, sem qualquer distinção semântica entre eles, conforme se verifica em (1) e em (2), a seguir:

(1) Era tão mimada que por qualquer *queixinha* de nada ia logo reclamar para a mãe.

(2) Era tão mimada que por qualquer *queixazinha* de nada ia logo reclamar para a mãe.

Em casos como esses, o usuário do sistema lingüístico opta, indistintamente, por uma das construções, o que acarreta certo entrave, principalmente para o docente da área de língua, já que é comum ser inquirido quanto à adequação deste ou daquele uso.

Em outros casos, contudo, a distinção semântica é sensível, conforme se percebe em (3) e em (4) seguintes:

(3) Naquela casa afastada, mora um *macumbeirinho* há anos.

(4) Naquela casa afastada, mora um *macumbeirozinho* há anos.

Em (3), o emprego do sufixo –inho parece diminuir a importância do macumbeiro, desqualificando-o para o ofício, fato que não se verifica em (4).

Frente ao exposto, o presente trabalho se propõe a empreender um estudo reflexivo acerca dos sufixos diminutivos –inho e –zinho no português do Brasil, tentando delinear os contextos de ocorrência de cada uma das formas variantes. Pretende-se, ainda, a partir de um estudo de *corpus*, determinar qual dos dois sufixos é a forma básica e qual é a variante.

A presente proposta se justifica pela carência desse tipo de estudo na língua, bem como pelo caráter impressionista a que o falante recorre quando solicitado a empregar determinados diminutivos. Alguns renomados estudiosos do idioma chegam a afirmar que não há uma regra que norteie o emprego desses sufixos, cabendo ao falante a decisão por aquele que julga mais adequado; outros, contudo, assumem a existência de regras, ainda que escassas, mas, ao tentar delimitá-las, reconhecem quão árdua é essa tarefa, protelando-a para estudos futuros. De acordo com Cunha (1985), “excetuando-se o caso das palavras terminadas em –s ou –z, que naturalmente exigem a forma –inho (*piresinho*, *rapazinho*), não é fácil indicar as razões que comandam a escolha entre –inho e –zinho. Sente-se que muitas vezes a seleção está ligada ao ritmo da frase.” (p. 91)

argumentação de KEHDI (1996), para quem se trata de alomorfes de um mesmo morfema, dado que a consoante de ligação existe na língua apenas para efeito de eufonia, não apresentando qualquer significação, fato que a impede de ser interpretada como um morfema, como o fazem muitos autores.

Dessa forma, os resultados advindos do trabalho são significativos não apenas para o professor de língua materna, que poderá apoiar-se neles para orientar seus alunos quanto aos contextos de seleção dos sufixos, bem como para o falante, já que terá a seu dispor um arsenal que o auxilie no emprego da forma mais adequada, considerando-se a regularidade do sistema lingüístico.

Fundamentação teórica

A linguagem é a forma pela qual os elementos estruturais do pensamento tomam corpo e aparência. Às vezes, ela é a forma, o insubstituível veículo de comunicação, de apresentação de um conteúdo, de representação do mundo. Outras vezes, transmuta-se de significante em significado. Há ocasiões, ainda, em que conteúdo e estrutura se intercomplementam — e aquilo que era esqueleto e arcabouço torna-se a vida trepidante da criação. Quando isso ocorre, a uma linguagem física associa-se uma linguagem psíquica e o resultado é a obra de arte. Ao significado, junta-se, em cada palavra, a tonalidade afetiva, que funciona, ao mesmo tempo, como expressão e como apelo. Essa união, “a circunstância de as duas funções estarem socializadas indica que essa tonalidade é quase tão coletiva quanto a representação intelectual que na palavra se encarna.” (CÂMARA JR, 1977, p. 50). Essa integração denomina-se, segundo esse autor, “o mito individual das palavras”, que, associado ao mito coletivo, permite à palavra artística exercer completamente suas funções. (p. 231)

No meio desse universo expressional, certos sufixos destacam-se como poderosos centros de carga afetiva, assevera Câmara Jr. (1977). A posição do sufixo no interior do sistema é mais mórfica que semântica, já que serve, principalmente, para transpor um lexema de uma categoria de vocábulos para outra e apenas um número muito reduzido de sufixos encerra significação intelectual. “Essa vacuidade nocional facilita o fenômeno da saturação afetiva e faz de muitos sufixos portugueses uma série de vigorosos elementos estilísticos.” (p. 61). Mesmo os sufixos formadores de grau teriam apenas o papel óbvio de graduar, se não atuasse sobre as bases, de que eles são apêndice, a mágica e o feitiço do artista.

A propósito, a idéia de que os diminutivos surgiram historicamente para exprimir pequenez, em um primeiro momento, e só depois a afetividade, é rejeitada hoje pelos estudiosos do assunto. Alonso (1967), em estudo já antológico, afirma textualmente:

La vieja idea de que la significación empequeñecedora se ha derivado de la afectiva — ya que los objetos chicos despiertan en nosotros, por veces, sentimientos de protección y ternura o de desconsideración y menosprecio — va siendo rechazada cada vez con más seguridad. El diminutivo, más bien, era el signo de un afecto. ² (p. 161)

Embora, como ventilado na introdução, o uso do diminutivo não se restrinja a literatos ou a usuários de nível de conhecimento formal do idioma, seria natural que fosse em gramáticas da língua ou em manuais de estilística que se encontrassem mais referências ao assunto. Entretanto, na bibliografia consultada, pode-se notar que esses elementos têm pouco ou nenhum espaço. Na verdade, seja em gramáticas, seja em manuais de estilística, aborda-se o assunto de forma ligeira, superficial, quando se aborda.

² A velha idéia de que a significação dimensional se derivou da afetiva — já que os objetos pequenos despertam em nós, às vezes, sentimentos de proteção e ternura ou de desconsideração e menosprezo — vai sendo negada cada vez com mais segurança. O diminutivo, na verdade, era o sinal de um afeto. (ALONSO, 1967, p. 161. Tradução nossa).

Cunha e Cintra (1985), por exemplo — a par do que já se referiu —, limitam-se a mencionar a “significação” da forma diminutiva, isto é, “atenuada ou valorizada afetivamente”, citando, a propósito, uma passagem da Prof^a. Silvia Skorge, segundo a qual o emprego dos sufixos diminutivos indica ao interlocutor que aquele que fala põe a linguagem afetiva em primeiro plano (p. 192). Também fazem uma listagem dos sufixos formadores do grau, tecendo, ao mesmo tempo, sucintos comentários sobre seu valor e sobre seu emprego (p. 90-1).

À semelhança dos autores citados, mas de maneira muito mais sintética, Bechara (1976) fala sobre os dois graus de significação do substantivo, acrescentando apenas que, fora a idéia de tamanho, podem traduzir “o nosso desprezo, a nossa crítica, o nosso pouco caso para certos objetos e pessoas” (p. 87). Na edição reformulada da mesma obra, Bechara (2000) praticamente repete a lição (p. 140-141).

Lima (1975) faz uma lista, “para consulta”, dos diminutivos sintéticos e refere-se aos diminutivos meramente formais, comentando, com exemplos, que “o grau pode aparecer excepcionalmente nos pronomes, verbos e advérbios.” (p. 82).

Em trabalhos mais recentes, não se encontra uma referência mínima ao fato, caso, por exemplo, de Mateus e outras (1983) ou de Vilela e Koch (2001) ou ainda de Neves (2000).

Nos manuais de estilística, dá-se caso parecido ao das gramáticas. Lapa (1973), ao falar sobre os sufixos, menciona o diminutivo e os “cambiantes afetivos” que ele confere à palavra. O autor consagra parte do capítulo sexto de seu livro ao diminutivo na literatura de Língua Portuguesa, com citações de autores antigos e atuais (cf. p. 86 e subsequentes).

Vilanova (1977) dedica a maior parte do capítulo sobre estilística morfológica ao grau do adjetivo e do substantivo. Quando menciona o diminutivo, cita alguns gramáticos, como Celso Cunha e Júlio Ribeiro, e relaciona exemplos literários do emprego do sufixo com valor dimensional, afetivo, pejorativo e superlativo. (cf. p. 71s).

Martins (2000) é quem mais discorre sobre o assunto, dedicando parte do capítulo sobre estilística morfológica à “multiplicidade de valores afetivos dos sufixos de diminutivo e aumentativo.” (cf. p. 114s).

Nenhum dos autores compulsados, no entanto, faz qualquer menção a “regras” ou a “tendências” à alternância de uso dos alomorfes -inho/-zinho nos diminutivos, quer dimensionais, quer afetivos. O fato é que o emprego de um alomorfe ou de outro se dá de forma irrestrita, mas ocorre com mais frequência, ao que parece, em vocábulos que possuem certas “características” ou “formas”, como terminações, número de sílabas e acentuação, como já se anunciou.

Descrição da metodologia adotada

Inicialmente, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica em algumas das mais conhecidas gramáticas de Língua Portuguesa (cf. Bechara (1976; 2000), Rocha Lima (1975), Mateus e outras (1983), Cunha e Cintra (1985), Cunha (1990), Vilela e Koch (2001), Neves (2000)) e também em algumas obras de cunho lingüístico (cf. Said Ali (2001 [1921]), Câmara Júnior (1998) e Kehdi (1996)), além dos autores que se dedicam aos estudos estilísticos (cf. Lapa (1973), Vilanova (1977) e Martins (2000)), para verificar se tais autores discorrem sobre as regras que regem a seleção dos sufixos diminutivos e o modo como o fazem. Verificada a inexistência de uma discussão mais acurada a esse respeito, conforme já se demonstrou na seção anterior, optou-se por empreender um estudo lingüístico de natureza indutiva, já que se partiu de uma amostragem do uso para se chegar à generalização da regra.

Delimitado o método adotado pelo estudo, procedeu-se à seleção do *corpus*. Diante da impossibilidade de se trabalhar com todos os substantivos da Língua Portuguesa, foi necessário selecionar uma amostragem. Na tentativa de se trabalhar com um *corpus* de extensão significativa e que contemplasse os diversos contextos de ocorrên-

cia, dado que o interesse do estudo reside justamente na identificação dos contextos que selecionam os sufixos –inho ou –zinho, adotou-se o procedimento descrito a seguir:

- (a) Selecionaram-se vinte e cinco substantivos de cada uma das letras do alfabeto, consultando-se, para tal seleção, o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa Século XXI (1999);
- (b) Para se evitar trabalhar sempre com os substantivos iniciais de cada letra, o que não contemplaria a diversidade de contextos pretendida, delimitou-se, como critério de seleção para integrar o *corpus*, também a segunda letra. Assim, iniciou-se com a primeira letra seguida de A; para a seleção dos vinte e cinco substantivos subsequentes, iniciou-se com a primeira letra seguida de E, e assim sucessivamente, até completar-se todo o alfabeto;
- (c) Dado que se trabalhou com vinte e três letras do alfabeto, selecionando-se, em cada uma delas, vinte e cinco substantivos, como já descrito, o *corpus* total analisado foi composto de quinhentos e setenta e cinco (575) substantivos, o que constitui uma amostragem considerável;
- (d) Selecionados os substantivos integrantes do *corpus*, passou-se a transpô-los para o diminutivo, verificando-se qual o sufixo era selecionado em cada caso. Para isso, recorreu-se à intuição de falante e também a dicionários e a gramáticas da Língua Portuguesa. Em alguns casos, quando se cogitou a possibilidade de uso das duas formas (uma com o sufixo –inho e outra com o sufixo –zinho), registraram-se as duas ocorrências, passando-se a julgar a funcionalidade e a especificidade de cada uma delas;
- (e) De posse dos dados, procedeu-se à análise do *corpus*, bem como à busca de generalizações, as quais constituem o cerne da próxima seção.

Apresentação e discussão dos resultados

A intuição de Cunha (1985) de que a seleção de um ou de outro sufixo estaria ligada ao ritmo da frase foi confirmada por este estudo. Os dados analisados revelaram que a seleção é determinada, dentre outros fatores, pela cadência do vocábulo e por sua tonicidade. Assim, os monossílabos tônicos, as palavras oxítonas e aquelas terminadas em hiatos costumam selecionar o sufixo –zinho: *pazinha, pezinho, maçãzinha, macacãozinho, bebezinho, obturaçãozinha, bauzinho, jatazinha, jauzinho...*

As palavras proparoxítonas, assim como as monossílabas tônicas e as oxítonas, costumam fazer o diminutivo em –zinho: *bebadozinho, medicozinho, quadrupedezinho, suditozinho*³...

No que tange ao grupo das paroxítonas, a grande maioria das palavras da Língua Portuguesa, as generalizações não se apresentam tão definidas quanto no grupo das monossílabas tônicas, das oxítonas e das proparoxítonas. Em se tratando das paroxítonas, foi possível chegar apenas a algumas regras, quais sejam: (a) aquelas terminadas em hiato e em ditongo fazem o diminutivo em –zinho: *piazinha, tiazinha, nefralgiazinha, bibliazinha, necropsiazinha, substanciazinha...*; (b) as terminadas em consoante – salvo s ou z, que selecionam o sufixo –inho – também fazem o diminutivo acrescentando-se o sufixo –zinho: *caraterzinho, nectarzinho, revolverzinho...*; (c) paroxítonas cuja terminação é –dade também selecionam o sufixo –zinho: *lealdadezinha, saudadezinha, qualidadezinha...*

Além das generalizações alcançadas, há ainda algumas intuições dignas de registro. A primeira delas diz respeito ao valor do diminutivo. Endossando a explanação

³ Há de se registrar, entretanto, que, na variante não-padrão, é comum o falante transformar a proparoxítona em paroxítona e, nesse caso, a opção é pelo sufixo –inho: “Fulano tá bebinho de tudo.”

de Houaiss (2001), os dados coletados sinalizaram que o sufixo –inho possui um valor mais afetivo que dimensional, funcionando como intensificador em advérbios e em adjetivos: *agorinha*, *cedinho*, *pertinho*, *bonitinho*, *feinho*, *cheirosinho*. Essa seleção pode ser observada em relação ao mesmo vocábulo, que se apresenta ora com um sufixo, ora com o outro, dependendo da classe gramatical em que é empregado, conforme se observa em (5) e em (6) a seguir:

- (5) Em junho, faz um *friozinho* gostoso.
(6) Esse suco está *friinho*, uma delícia.

Em (5), o vocábulo *frio*, que funciona como substantivo, selecionou o sufixo diminutivo –zinho; já em (6), em que o mesmo vocábulo funciona como adjetivo, a opção foi pelo sufixo –inho, que intensifica o atributo expresso pelo adjetivo. Vê-se, pois, que, além do critério fonológico já descrito, fatores morfológicos também influenciam na seleção sufixal.

A despeito de os exemplos arrolados em (5) e em (6) comprovarem a tese de Houaiss (2001), no *corpus* analisado, encontrou-se um contra-exemplo para essa generalização. Trata-se do vocábulo *pobre*. Independentemente de este funcionar como substantivo ou como adjetivo, na variante padrão da língua, o diminutivo se faz pelo acréscimo do sufixo –zinho:

- (7) Esta manhã, um *pobrezinho* se aproximou de mim e me pediu ajuda.
(8) Aquele homem *pobrezinho* não tem o que vestir.

A forma com o sufixo –inho parece ser empregada apenas na variante não-padrão e, ainda assim, com valor estilístico:

- (9) Nossa, mas esse mês eu tô *pobrinho*, *pobrinho*.

Como se pôde constatar, em se tratando de tendências concernentes a ações humanas – e as operações lingüísticas integram tais ações –, pela própria natureza do ser, as generalizações não são absolutas, o que abre precedentes para pesquisas futuras.

Ainda no que se refere ao valor do diminutivo, os dados coletados demonstraram que os numerais selecionam, geralmente, o sufixo –inho, justamente em virtude de seu valor afetivo: *trintinha*, *quarentinha*, *cinquentina*... O leitor, porém, pode argumentar que o diminutivo de *cem* é *cezinha*, formado com o acréscimo do sufixo –zinho, o que parece invalidar a generalização apresentada. Há de se considerar que, pelo critério fonológico, tal numeral é monossilábico, o que justifica a seleção desse sufixo. Essa constatação parece sinalizar uma precedência do critério fonológico sobre os demais.

Outra intuição induzida pela análise do *corpus* relaciona-se à cadência do vocábulo, hipótese já ventilada por Cunha (1985). Os dados coletados indicam uma tendência de seleção do sufixo –zinho quando o vocábulo é polissilábico: *acidentezinho*, *badourozinho*, *bibliotecazinha*, *picaretazinha*...

Ainda em relação ao emprego do sufixo –zinho, a análise dos dados permitiu uma outra intuição: o sufixo –zinho é mais empregado para nomes mais eruditos, enquanto o sufixo –inho, provavelmente em virtude de seu valor mais afetivo, acopla-se mais a nomes mais populares: *nefelibatazinhos*, *negritozinho*, *quimerazinha*, *pijamina*, *queijinho*, *rocinha*...

Delimitadas algumas regras que norteiam a seleção dos sufixos –inho e –zinho, bem como alcançadas algumas intuições, resta identificar qual dos dois sufixos estudados é a forma básica e qual é o alomorfe. De acordo com Kehdi (1996, p. 21), “a existência de diferentes alomorfes para um mesmo morfema remete-nos ao problema da escolha de um deles para representar o conjunto. O alomorfe selecionado recebe a designação de forma básica”, mas nem sempre é fácil estabelecê-la. Para o autor ora referenciado, a escolha deve ser balizada por alguns critérios, dentre os quais o mais importante

é o estatístico: “dentre as variantes existentes, é escolhida como forma básica a mais freqüente.” (*op. cit.*, p. 21) Segundo essa orientação, a forma básica do diminutivo na Língua Portuguesa é o sufixo –zinho, enquanto o sufixo –inho é o alomorfe. Entre todas as ocorrências analisadas, registrou-se uma ocorrência de 58,33% de empregos do sufixo –zinho em oposição à ocorrência de 36,33% de empregos do sufixo –inho. Há de se assinalar, contudo, que, em se tratando desses dois sufixos, não se pode dizer que se encontram em distribuição complementar, dado que há alguns contextos que permitem as duas ocorrências, conforme demonstrado. A despeito de os registros não serem tão expressivos, não podem ser desconsiderados. No *corpus* analisado, registrou-se um percentual de 5,34% de ocorrências que aceitam ora um, ora outro sufixo. Em alguns casos, como já discutido (cf. considerações iniciais), a alternância acarreta mudança semântica, mas em outros, se tais nuances existem, são praticamente imperceptíveis, o que impede a afirmação de que tais alomorfes são excludentes em determinados contextos. Com a análise aqui empreendida, foi possível delinear tendências de uso dos sufixos diminutivos, mas, sendo a língua dinâmica e sensível ao uso, tais tendências podem se firmar ou mesmo se alterar com o decorrer do tempo.

Considerações finais

Frente à lacuna verificada tanto em obras de cunho gramatical quanto estilístico no que tange à explicitação das regras que determinam a seleção dos dois principais sufixos de diminutivo na Língua Portuguesa do Brasil, empreendeu-se um estudo de natureza indutiva, no intuito de identificar não apenas os contextos de ocorrência dos sufixos –inho e –zinho na língua, bem como no de precisar qual dos dois constitui a forma básica e qual é a variante. A partir da análise de um *corpus* constituído de quinhentos e setenta e cinco vocábulos, alcançaram-se algumas conclusões, que serão explicitadas nos parágrafos subseqüentes.

Os fatores responsáveis pela seleção sufixal são preferencialmente de natureza fonológica, mas existem também fatores morfológicos ligados à classe gramatical a que pertence o vocábulo primitivo que determinam a seleção. No que se refere ao primeiro fator, percebeu-se que existe uma tendência na língua ao emprego do sufixo –zinho, o que faz dele a forma básica, relegando o sufixo –inho à condição de alomorfe. A despeito de constituírem formas variantes da variável diminutiva, tais sufixos não se encontram sempre em distribuição complementar na língua, já que, em alguns contextos, verificou-se o emprego tanto de uma, quanto de outra forma num mesmo vocábulo. Em alguns casos, a seleção da forma é determinada por fatores estilísticos, dado que se constatou uma tendência à seleção do sufixo –zinho para expressar valor dimensional, enquanto o –inho se presta mais à expressão da afetividade. Em outras ocorrências, contudo, a seleção parece ser mais aleatória, não traduzindo diferenças semânticas muito sensíveis. Cumpre registrar que tal alternância de uso só se verificou em se tratando de palavras paroxítonas, cujas regras de seleção parecem ser ainda instáveis na língua. Em se tratando de vocábulos monossílabos tônicos, oxítonos e proparoxítonos, foi possível chegar a uma regra, verificando-se uma preferência pelo emprego do sufixo –zinho. Esse é também o sufixo selecionado quando se trata de palavras paroxítonas terminadas em hiato, em ditongo e em –dade.

No tocante ao segundo fator de seleção, a natureza morfológica, verificou-se, em alguns vocábulos, a seleção do sufixo –zinho para efetuar a variação dimensional do substantivo e a seleção do sufixo –inho para fazer a variação de grau do adjetivo. Essa variação de grau é também realizada por meio do mesmo sufixo na classe dos advérbios. Os numerais, por variarem apenas afetivamente, também selecionam o sufixo –inho, a exceção dos monossilábicos, que obedecem à regra de seleção do sufixo –zinho.

Outra generalização alcançada, esta mais apropriadamente descrita em termos de intuição, foi uma tendência a se recorrer ao sufixo –zinho quando o vocábulo é po-

lissilábico e também quando este é mais erudito. Os nomes mais populares tendem a selecionar o sufixo –inho, que é de natureza afetiva.

Acredita-se que a pesquisa empreendida, a despeito de sua pequena envergadura, bem como os resultados e as generalizações alcançadas contribuem para a descrição morfológica da Língua Portuguesa do Brasil, apresentando não apenas uma natureza operacional, como também didática. As regras aqui sistematizadas certamente auxiliarão o professor de língua materna em sua atuação docente, já que nem as gramáticas, nem os manuais de estilística o fazem. Dessa forma, frente às indagações quanto à adequação deste ou daquele uso, o professor, muitas vezes, não tem a que recorrer, o que o obriga a uma resposta impressionista.

O mérito do trabalho reside, pois, na possibilidade que ele oferece de, a partir de análises de ocorrências lingüísticas empíricas, apresentar as tendências de uso dos dois principais sufixos formadores de diminutivo da língua. Como mencionado quando da discussão dos dados, por ser a língua dinâmica e passível de mudanças, as generalizações aqui apresentadas suportam novas investigações que, certamente, contribuirão para a elucidação de questões ainda por responder. Além disso, como demonstrado, a classe das palavras paroxítonas, apesar de ser a mais extensa da língua, não apresentou uma sistematicidade de uso, o que abre precedentes para pesquisas futuras.

Referências

ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia Melhoramentos: Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ALONSO, Amado. *Estudios lingüísticos*. Madrid: Gredos, 1967.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

CÂMARA JR. J. Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

_____. *Problemas de lingüística descritiva*. 17 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. 12 ed. 2. tir. Rio de Janeiro: FAE, 1990.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KEHDI, Valter. *Morfemas do português*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1996. (Princípios)

LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 7 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1973.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística*. 3 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

MATEUS, Maria Helena Mira e outras. *Gramática de Língua Portuguesa*. Lisboa: Almedina, 1983.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

ROSA, João Guimarães. Uns inhos engenheiros, in: *Ave, palavra*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970, p. 46-49.

VILELA, Mário e KOCH, Ingedore V. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina. 2001.

VILANOVA, José Brasileiro. *Aspectos estilísticos da língua portuguesa*. Recife: Medalha, 1977.